

Atuação do Senado afasta radicalismos

AMARAL PEIXOTO

Especial para a Folha

O bicameralismo — existência do Senado e da Câmara dos Deputados — é um componente de nossa realidade política desde a formação do Brasil independente. Durante o Império, calcado no exemplo inglês, no qual o Senado, pelo caráter de vitaliciedade de seus componentes, aproximava-se, guardadas as peculiaridades políticas de cada povo, do que é a Câmara dos Lordes. Com a proclamação da República, mantém-se o bicameralismo, pautado, entretanto, no exemplo norte-americano, por ter sido os Estados Unidos a primeira República moderna a utilizá-lo segundo o critério federativo, que faz do Senado a Casa dos Estados.

O bicameralismo, além do princípio teórico que pode aferir o caráter democrático da organização do poder, tem que ser compreendido, também, como técnica de atuação do Poder Legislativo, o que nos interessa mais de perto, neste momento.

Em discurso que tive a oportunidade de fazer recentemente no Senado, na sessão especial de homenagem a Gustavo Capanema, referi-me à ve-

emência com que aquele saudoso político defendeu a manutenção do Senado quando se discutia, em 1976, a possibilidade da implantação do sistema unicameralista no País.

Assegurava Capanema ser o bicameralismo, além de uma tradição em nossos costumes políticos, um fator que trazia a vantagem do equilíbrio, pois se a Câmara dos Deputados, normalmente formada por políticos mais jovens é, conseqüentemente, plenário de maior exaltação, o Senado, reunindo os mais idosos e mais experimentados, contribui para restabelecer, se necessário, o clima de tranquilidade e afastar os radicalismos.

De outra parte, o sistema bicameralista ajuda no aperfeiçoamento da elaboração legislativa, já que, além da hipótese, se necessária, de restabelecer o entendimento parlamentar, permite a uma instituição legislativa rever o trabalho efetivado pela outra — uma forma de decantação. Argumenta-se que a existência de duas Casas poderia colaborar para enfraquecer o Poder Legislativo, dados os possíveis confrontos. Esta apreciação parece-nos imprecisa, segundo afirmava Capanema: "a diversidade

de opiniões para se chegar ao entendimento, não enfraquece, antes fortalece as instituições". Além do mais, aqueles que se preocupam com o enfraquecimento do Legislativo devem procurar outras razões, e não simplesmente acusar o bicameralismo, como motivo de sua debilidade. Lembraria, por exemplo, a crise de representatividade que o atinge ou a necessidade de restaurar e ampliar suas prerrogativas. Sem esquecer, contudo, que é ao parlamentar, por sua ação ou omissão, que está reservado o papel extremamente significativo, no momento atual, da dignificação da política e dos políticos.

Quanto a indagar-se sobre o para quê da continuidade do Senado Federal, há de se ter presente que em uma forma federalista, como é a nossa — com todas precariedades da qual possa ser acusada —, cabe ao Senado o desempenho de um fim legítimo e necessário à harmonia do sistema.

Em síntese, o Senado é o órgão representativo da divisão territorial federativa, permitindo ao povo não se achar somente representado politicamente pelos partidos, como ocorre na Câmara dos Deputados, mas

também pelas unidades federadas, os Estados, que é o papel do Senado.

No referente ao fato de os senadores terem mandato mais longo do que aquele dos deputados, entende-se que isso ocorre na busca do equilíbrio e da continuidade dos trabalhos parlamentares. Em alguns países, chega-se à situação limite na qual alguns senadores são vitalícios. Embora não defendamos esta posição, entendemos como fator positivo o mandato mais longo. Em parte, pelo fato de que este acaba por amortecer os efeitos da instabilidade da vontade popular, pois se as duas Câmaras não são eleitas ao mesmo tempo e com mandatos da mesma duração, as demonstrações efêmeras da vontade popular ou os impostos modismos encontrarão em uma das Casas uma salutar resistência.

Em síntese, a existência de duas assembleias colabora para o equilíbrio, a continuidade, a mudança sem radicalismo, a transformação sem revolução que são, por fim, as motivações maiores dos responsáveis pela manutenção do sistema político.